



Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

Domingues, Petrônio

Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 16, núm. 30,  
diciembre, 2009, pp. 215-250

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069164009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição

Petrônio Domingues

**Resumo:** Várias pesquisas vêm-se ocupando do protagonismo negro depois da abolição da escravidão, a partir de biografias, vida associativa, conexões políticas, agenciamentos sociais e trânsitos culturais. Este artigo tem a proposta de rastrear e fazer um balanço preliminar dessas pesquisas no Rio Grande do Sul e, na medida do possível, apontar questões, sugerir fontes e discutir os problemas, dilemas e desafios dessa nova área de estudos e pesquisas.

**Palavras-chave:** protagonismo negro, historiografia, pós-abolição, afro-brasileiro.

Em 7 de setembro de 1901, nascia o negro Dario de Bittencourt, em Porto Alegre. Filho de Aurélio Visíssimo de Bittencourt Júnior – extinto juiz distrital da Vara de Órfãos – e de Maria da Glória Quilião Bittencourt, perdeu o pai com nove anos de idade, razão pela qual passou à tutela do avô paterno. Em regime de internato, estudou no Ginásio de Nossa Senhora da Conceição, dos padres jesuítas, em São Leopoldo; em seguida, cursou o equivalente ao ensino médio no Colégio Anchieta, de Porto Alegre. Em 1920, ingressou na Faculdade de Direito e, quatro anos depois, concluiu o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais. Logo após a formatura, instalou o seu escritório de advocacia. A partir daí, sua carreira profissional decolou e a mobilidade social foi questão de tempo.<sup>1</sup>

Ao longo da vida, assumiu as lides do jornalismo, tendo sido repórter, colaborador e revisor de periódicos. Poeta e crítico literá-

rio, editou algumas revistas literárias e pertenceu à Academia de Letras do Rio Grande do Sul. No início da década de 1930, abraçou as idéias autoritárias, nacionalistas, de extrema direita, e passou a propugnar a necessidade da ordem, disciplina, centralização política e instalação de um governo forte. Por isso, quando descobriu a existência do movimento integralista – o chamado fascismo à brasileira – não tardou para estabelecer contato com os seus dirigentes, até que, em 1934, com Anor Butler Maciel e Egon Renner, iniciou o movimento no Rio Grande do Sul, tornando-se o primeiro Chefe Provincial (1934-1936). Sua militância era intensa, desde os desfiles de ruas, produção de boletins e panfletos até a intervenção na imprensa em que, debatendo com opositores, divulgava o ideário integralista.

Em 1938, foi aprovado no concurso público para professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre – que mais tarde se transformaria na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – e, dois anos depois, colou grau de Doutor em Direito, especializando-se na área trabalhista. Aliás, na área do Direito do Trabalho, foi um inovador e obteve reconhecimento nacional. Do ponto de vista da fé, rompeu com o cristianismo e se iniciou na maçonaria; todavia, ulteriormente, regressou à Igreja Católica, afiliando-se à Irmandade de Santa Casa de Porto Alegre. Concomitante à militância acadêmica, política e religiosa, mostrou-se sensível às hostes de valorização moral, social e cultural dos “homens e mulheres de cor”. Foi diretor d’*O Exemplo* – um jornal da imprensa negra – de 1920 a 1930, e frequentador das reuniões sociais do Floresta Aurora, um clube de negros de Porto Alegre. Casou-se com Ernestina Clotilde Avancini, tendo sido pai de três filhos. Apesar de todas as mudanças na conjuntura nacional e internacional, continuou simpático às idéias autoritárias até a morte, em 15 de novembro de 1974.

Se Dario de Bittencourt nasceu em 1901, em Porto Alegre, outro negro veio ao mundo três anos depois, em 9 de dezembro de 1904, na cidade de Rio Grande (RS). Seu nome: Carlos da Silva Santos. Bisneto de escravos e quinto filho de uma família humilde – o pai era carpinteiro e a mãe era professora de música e organista –, tornou-se órfão com um ano de vida.<sup>2</sup> Precocemente,

ingressou no mercado de trabalho, de modo que, aos 11 anos de idade, começou a labutar como aprendiz na Oficina Dias, do estaleiro naval. Foi ascendendo na profissão de caldeireiro: de aprendiz passou para ajudante e, depois, para oficial. Aos 24 anos, casou-se com Julieta Finnes Bolleto e, juntos, tiveram cinco filhos. Cedo, revelou sua vocação para a política. Era líder dos companheiros de oficina e, a partir da década de 1930, destacou-se nas atividades sindicais, organizando algumas categorias profissionais e fundando o Sindicato dos Operários Metalúrgicos, entidade da qual foi primeiro presidente e, mais tarde, secretário-geral. Eleito deputado classista na Assembléia Legislativa em 1935, exerceu o mandato até 1937, quando Getúlio Vargas instaurou o *Estado Novo* e decretou o fechamento das Assembléias Estaduais. Como não havia terminado sequer o antigo curso primário, resolveu investir na sua formação educacional e, depois de três anos estudando com afinco, concluiu o equivalente ao ensino médio. Ingressou na Faculdade de Direito de Pelotas, na qual se formou em 1950, aos 46 anos de idade. A partir daí, sua ascensão foi grande. Desempenhou as atividades advocatícias até que, em 1959, foi eleito deputado estadual pelo PTB e, em 1974, deputado federal pelo MDB. Orador de verbo inflamado, seus temas preferidos eram o menor abandonado, a velhice desamparada e a defesa dos pescadores artesanais. Católico ardoroso, participava de reuniões, solenidades e congressos promovidos pela Igreja.

Paralelamente à sua militância sindical, política e religiosa, assumiu uma postura de empatia à causa em prol do soerguimento moral e cultural dos “irmãos da raça”. Pertenceu ao cordão carnavalesco “Braço a Braço”, no qual era orador oficial, e ao clube Floresta Aurora. Tinha orgulho de ter sido o primeiro negro a ser eleito Presidente da Assembléia Legislativa e a governar o Rio Grande do Sul, ainda que por pouco tempo. Esta última “proeza” se deu no ano de 1967 quando, na condição de Presidente da Assembléia Legislativa gaúcha, substituiu duas vezes Walter Peracchi de Barcellos, o então governador do Estado. Já no Congresso Nacional, fez vários discursos de denúncia do “preconceito de cor” e de valorização dos negros. Afastado da vida pública, Carlos Campos faleceu em 1989.

Não foi por acaso que esses dois breves relatos biográficos abriram o artigo. O Rio Grande do Sul é um Estado brasileiro que julga ser diferente dos demais em razão de um suposto caráter europeu, que se manifestaria não somente na sua composição étnica, mas também nas características climáticas. Subjacente a essa afirmação está a exclusão do “outro” – africano e ameríndio –, que não se encaixa na almejada “europeidade” e para o qual se nega um lugar nas representações e identidades sobre o Rio Grande do Sul (Oliven, 1996; Weimer, 2007).

Por seu turno, a historiografia brasileira argumentou durante muito tempo que, depois da abolição da escravatura, os negros foram preteridos do mercado de trabalho, marginalizados socialmente, excluídos do mundo da política institucionalizada e impedidos de acesso à educação formal. Sem renda, poder e prestígio, por um lado, e desprovidos de qualificação cultural e técnica para competir com os brancos nos albores da República, por outro, passaram a viver na condição de párias, em estado de desajustamento e anomia social. Essa explicação generalizante, esquemática e reducionista precisa ser problematizada. Não se tem dúvidas de que os negros no período do pós-abolição passaram por uma série de dificuldades de ordem social, cultural, política e econômica, mas suas trajetórias não foram lineares, típicas ou padronizadas. A história é regida por contradições, ambiguidades, ambivalências e experiências multifacetadas, por isso não é exato afirmar que eles eram, universalmente, desempregados (ou subempregados), vadios, analfabetos, xucros, alienados, irresponsáveis e promíscuos. Dario de Bittencourt e Carlos Santos, por exemplo, solaparam com esses tradicionais estereótipos associados ao negro no pós-abolição. Mesmo enfrentando os grilhões simbólicos da invisibilidade no Rio Grande do Sul e sentindo o gosto de fel do racismo, ambos trilharam carreiras profissionais bem-sucedidas, emergiram socialmente, adquiriram prestígio, concluíram o curso superior (com o talento intelectual sendo reconhecido), eram bastante articulados politicamente e zelavam pela instituição da família, sem contudo prescindir de sua identidade racial.

Negro no pós-abolição, eis um tema complexo e esquivo, que tem despertado cada vez mais a atenção dos meios populares, do mundo acadêmico, da mídia e da agenda política nacional. Com a historiografia do Rio Grande do Sul, esse quadro não é diferente. Várias pesquisas vêm se ocupando do protagonismo negro no Estado depois da abolição da escravidão a partir de biografias, vida associativa, conexões políticas, agenciamentos sociais, trânsitos culturais e hibridações religiosas. Este artigo tem a proposta de rastrear e fazer um balanço preliminar dessas pesquisas e, na medida do possível, apontar questões, sugerir fontes e discutir os problemas, dilemas e desafios dessa nova área de estudos e pesquisas.

## A agência afro-gaúcha

Já se passaram 121 anos da abolição da escravidão. E os historiadores, por décadas, dedicaram-se a estudar o negro emoldurado no período da escravidão. É verdade que esse tema é de fundamental importância para se entender a formação do Brasil, mas não é menos verdade que a escravidão já adquiriu cadeira cativa no mundo historiográfico brasileiro, de modo que hoje é um tema clássico das ciências sociais, diferentemente da questão do negro no pós-abolição. Durante um bom tempo, essa questão foi “monopolizada” por sociólogos, antropólogos, folcloristas e memorialistas, mas, finalmente, esse cenário está mudando.

No Rio Grande do Sul, a primeira vez que o tema do negro no pós-abolição apareceu no *métier* acadêmico foi na pesquisa de Fernando Henrique Cardoso, em 1962. Publicada como parte de um programa de investigação relacionado à sociedade escravocrata e ao negro no Brasil Meridional, a pesquisa é um marco da chamada “Escola Paulista de Sociologia”.<sup>3</sup> Apesar de fazer um grande esforço para denunciar a violência das relações escravistas e negar o mito da democracia racial, na versão gaúcha, Cardoso via o escravo como coisa, no sentido de que sua vontade consistia em reflexo da vontade do senhor. “O escravo”, afirma ele, “se apresentava, enquanto ser humano tornado *coisa*, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações com ‘sentido’, pois

eram ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos senhores. (...) Nesse sentido, a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos” (Cardoso, 1997, p. 125).<sup>4</sup> A tese do “escravo-coisa” deriva em parte do uso de um marxismo esquemático – em voga na época –, levando o autor a concluir que a posição estrutural dos escravos os impossibilitava de vislumbrar seus próprios interesses e traçar seu próprio destino. Em síntese, para Cardoso o escravo era um alienado, pois foi educado na ponta do chicote somente para servir, para animar a produção senhorial. Esse modelo explicativo é em grande parte utilizado para explicar o que se passou com o negro gaúcho no pós-abolição, definido como momento de sua integração na sociedade de classes.

Cardoso mapeia as discussões empreendidas pelos negros no pós-emancipação, o que permite entrever como frações dessa população eram articuladas, circulavam em diversos ambientes, frequentavam (ou tentavam frequentar) escolas, organizavam-se em associações específicas, criavam clubes e publicaram o jornal *O Exemplo*. Mas, apesar dessa “consciência negra”, elas não teriam conseguido se libertar das amarras ideológicas forjadas pelo branco, que impôs o seu modo de pensar, sentir e agir. Desta vez emancipado, porém alvo de um racismo draconiano,<sup>5</sup> que inviabilizou a sua ascensão social, o negro resolveu imitar o branco na maneira de falar, de escrever, de vestir, de se comportar.<sup>6</sup> Infelizmente, Cardoso não informa quais seriam os modos genuinamente afro-gaúchos de fazer essas coisas, e por um motivo muito “simples”: eles teriam de ser inventados. Ademais, o sociólogo paulista não procura entender os significados que os afro-gaúchos conferiam às suas ações, pois é impossível apenas copiar. Como ensina a antropologia cultural, a cópia é sempre original. Restituindo à cópia uma originalidade que lhe é própria, copiar é antes ressemantizar, emprestar novos significados para os mesmos conteúdos.<sup>7</sup>

Depois de um hiato de décadas, o tema do negro no pós-abolição reapareceu na historiografia gaúcha, na década de 1990. Um marco, nesse sentido, foi a dissertação de mestrado de Liane

Susan Müller (1999), que pesquisou alguns aspectos da história da população negra em Porto Alegre, particularmente a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, o jornal *O Exemplo* e as associações dedicadas à promoção dos “descendentes dos escravizados”, entre 1889 e 1920.

Segundo Liane Muller, os negros ligados à Irmandade do Rosário desenvolveram várias estratégias no sentido de instrumentalizar a fé católica para fomentar, dentro da instituição, um espaço em defesa de seus interesses. Dessas estratégias, a principal foi o investimento na formação educacional. Respaldados em seus estatutos, os Irmãos do Rosário procuraram sensibilizar a comunidade negra da importância da educação para vencer os obstáculos da vida. Afora a Irmandade do Rosário, a pesquisa abordou o surgimento das primeiras associações civis negras em Porto Alegre, examinando o papel proativo que elas cumpriram nos destinos dos afro-gaúchos.<sup>8</sup> Essas associações são classificadas em três categorias: as recreativas ou puramente bailantes; as beneficentes ou instrutivas; e as mistas, que se ocupavam com mais de um tipo de atividade. Metódica, Muller encontrou referências a 72 sociedades e agremiações recreativas criadas pelos e para os negros, das quais 11 traziam no nome o predicativo de “Beneficente” ou “Instrutiva”, uma de asilo e duas de entidades que eventualmente exerceram atividades de ensino.<sup>9</sup> No mínimo três remontavam ao século XIX: a Floresta Aurora (1872), a Sociedade Beneficente Laço de Ouro (1880) e a Sociedade Musical Olympia Peres (1892).<sup>10</sup> Ao lado dos clubes e associações, a rede afro-diaspórica de Porto Alegre era aparelhada pelo *O Exemplo*, jornal nascido das mãos de operários gráficos e letrados<sup>11</sup> em 11 de dezembro de 1892 e que, durante mais de três décadas, labutou para conscientizar o negro de seus direitos, de suas potencialidades e de suas conquistas. Funcionando também como órgão informativo dos clubes e associações, o jornal discutiu e propôs soluções para os problemas oriundos do “preconceito de cor”, preconizou o caminho do trabalho e da educação e se engajou para que os “descendentes dos escravos” progredissem na vida.

Do ponto de vista metodológico a pesquisa da historiadora gaúcha apresenta elementos inovadores, na medida em que rechaça



as explicações essencialistas. Nesse sentido, vale a pena citar parte de suas conclusões:

Essa luta (...) entre uma “elite” negra e a sociedade branca não se estabeleceu por via de um processo dicotômico que somente oferece duas possibilidades: manter íntegra a herança cultural africana, ou assimilar completamente os valores brancos. Cheia de nuances, com avanços e recuos estratégicos, essa luta que se iniciou nos tempos de fundação da Irmandade do Rosário e que continua ainda em nossos dias, reflete um feixe variado de tensões e uma pluralidade de experiências sociais. Se foram estes negros integracionistas, ou assimilacionistas, como querem alguns, isso é o que menos importa. Na medida da necessidade de sobrevivência, é bem possível que alguns deles tenham se posicionado assim. Contudo, os negros fundadores da devoção do Rosário em Porto Alegre e, mais tarde, de suas associações, sempre que possível, se organizaram tendo por objetivo o reencontro com suas origens étnicas, a revalorização do seu passado e a construção de uma nova identidade, livre do estigma da escravidão. (Muller, 1999, p. 200-201).

Como é possível perceber, os argumentos de Liane Muller dialogam com os de Fernando Henrique Cardoso. No lugar da alienação ou do branqueamento, ventila-se que setores da população negra eram conscientes de si mesmos e teriam se utilizado dos aportes que tinham à sua disposição para elaborar e atualizar uma identidade racial positiva. Esse processo, entretanto, não foi homogêneo ou linear, mas transcorreu de maneira heterogênea, tensa, ambígua ou mesmo contraditória. “Busquei rastrear a trajetória de alguns indivíduos e seus grupos”, afirma Muller, “em contextos sociais diferentes (irmandades, clubes, imprensa), visando a reconstituir a rede de relações a que pertenciam estes sujeitos históricos. (...) Assim, relacionando estes indivíduos e seus grupos com as estruturas e processos sociais de que faziam parte, ampliaram-se consideravelmente os significados de uma história local”.

Mais do que isso, permitiu também que os negros “pudessem ser compreendidos como atores de sua própria história” (Muller, 1999, p. 17). É, de fato, o embrião de uma maneira inovadora de tratar o tema do negro no pós-abolição. Em vez de explicações essencialistas, generalizantes, calibradas pelas lentes do telescópio, a pesquisa ficou centrada em experiências específicas (de indivíduos e grupos), examinadas à luz dos “olhos de águia” e de pressupostos antiessencialistas. Dali por diante, a abordagem que busca pautar o negro a partir de seus agenciamentos sociais, políticos e culturais, posterior ao 13 de maio de 1888, ganhou mais espaço na historiografia gaúcha.

Dois artigos publicados em 1999 foram igualmente responsáveis por esse avanço. O artigo de Beatriz Ana Loner perscruta as formas de organização e luta dos negros na cidade de Pelotas (RS) durante os primeiros cinquenta anos da República. Os afro-pelotenses já investiam na vida associativa durante a escravidão, haja vista que erigiram o Centro Ethiópico – entidade de representação política – e as associações beneficentes, como a Feliz Esperança, Fraternidade Artística e Harmonia dos Artistas. Todavia, foi a partir da Abolição, em 1888, e da República, em 1889, que as entidades negras se redefiniram, adquirindo novos contornos e significados. O Centro Ethiópico desapareceu; em compensação, as associações beneficentes permaneceram atuantes (dedicando-se às atividades de socorro mútuo, organizando bibliotecas, oferecendo aulas para os sócios e suas famílias, promovendo palestras, concursos, quermesses, festas etc.) e surgiram muitas outras agremiações, de diversos perfis: recreativas, dramáticas, musicais, bailantes, carnavalescas, esportivas, e até três jornais negros: *A Alvorada*, *A Vanguarda* e *A Cruzada*. A autora lista a existência de 33 “entidades negras” e 28 “clubes e grupos carnavalescos negros”.<sup>12</sup>

Afora se divertir, dançar, praticar futebol e comemorar o carnaval, os afro-pelotenses despenderam energias para travar embates políticos, criando o Centro Ethiópico Monteiro Lopes, em 1909, e o Centro Cívico Alcides Bahia, em 1924. Ambos foram formados a partir das ameaças de impedimento desses dois

políticos – que emprestaram os nomes às organizações – de assumirem cadeiras na Câmara dos Deputados. Para Beatriz Loner, a rede associativa montada pelos negros foi uma resposta ao forte preconceito e discriminação raciais que eles enfrentaram na cidade de Pelotas no interlúdio do pós-abolição. Nessa jornada, não faltou uma considerável dose de criatividade, determinação e inteligência, pois, conforme pondera a historiadora gaúcha, “essas sociedades recreativas e dramáticas negras (...) denotam não ser procedente a análise de que os elementos de cor na sociedade brasileira, na transição do Império para a República, seriam todos marginalizados e embrutecidos, além de despreparados para a competição com os elementos imigrantes. É necessária alguma sofisticação intelectual e educação para formar e manter grupos de teatro os quais, por outro lado, apresentaram grande longevidade e estabilidade, muito superior àqueles de grupos brancos” (Loner, 1999).

No mesmo ano da dissertação de mestrado de Liane Muller e do texto de Beatriz Loner, Gilmar Mascarenhas de Jesus publicou um artigo no qual investiga a participação dos negros no mundo do futebol em Porto Alegre, e especialmente delineia alguns aspectos que marcaram a trajetória da *Liga da Canela Preta*. Quando o futebol se popularizou plenamente naquela cidade, entre 1915 e 1930, o projeto de modernidade das elites e a ideologia racista estavam em pleno vigor, de modo que não restou ao negro “outra alternativa para a prática do futebol senão a formação de uma liga exclusivamente composta por elementos descendentes dos escravos africanos. Nesse sentido, em Porto Alegre, temos a Liga Nacional de Futebol Porto Alegrense, pejorativamente conhecida (e divulgada na imprensa “branca”) como *Liga da Canela Preta*” (Jesus, 1999, p. 145).<sup>13</sup>

Sua fundação remonta a meados da década de 1910, quando os negros se apropriaram de um terreno abandonado na Ilhota, que teria sido cedido pela Prefeitura ao Sport Clube Internacional. Utilizando o 13 de Maio para abrir a temporada anual e frequentemente reunindo grande assistência, a Liga contava com vários times, como Primavera, Bento Gonçalves, União, Palmeiras, Primeiro de Novembro, Rio-Grandense, 8 de Setembro, Aquidabã

e Vezenianos. No entanto, sua estrutura organizativa não ficou isenta das contradições internas da comunidade negra: o Rio-Grandense – clube dirigido por Francisco Rodrigues, pai do famoso compositor Lupicínio Rodrigues – definia-se como “mulato” e autorizava apenas as pessoas mulatas a torcerem pelo clube (Jesus, 1999, p. 151). Não há registros seguros quanto à extinção da Liga Nacional de Futebol Portoalegrense.

Jesus observa que esse assunto ainda precisa ser aprofundado. É verdade. São muitas as questões pendentes, difusas ou totalmente desconhecidas. Como os times de futebol dos negros se estruturavam e se mantinham? Quais as conexões existentes com a rede desportiva, de sociabilidade e lazer da comunidade afro-gaúcha? Quem eram os jogadores? Além de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, outras cidades tiveram ligas de futebol formadas exclusivamente por esses times?<sup>14</sup> Qual o significado dessas ligas para a comunidade negra e como elas eram representadas pelo imaginário social? Não basta saber que, até mais ou menos a década de 1930, o negro não era aceito pela maior parte dos clubes de futebol. Também vale a pena pesquisar como se deu a participação do negro em outros esportes, como o ciclismo, o remo e o turfe.

Se na década de 1990 a historiografia gaúcha deu os primeiros sinais de mudança e rompeu gradativamente o silêncio que pairava em torno do tema do negro no pós-abolição, foi na década seguinte que mais se pesquisou sobre essa temática. Isto está ligado provavelmente ao novo momento conjuntural. No plano externo, os trabalhos na perspectiva do multiculturalismo, do pós-colonialismo e dos estudos étnicos pulularam; no plano interno, em 2002 a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) reservou 40% das vagas do vestibular para alunos negros, criando assim um programa de ações afirmativas na sua versão mais polêmica: as cotas raciais. No ano seguinte, o Presidente Luís Ignácio “Lula” da Silva sancionou a Lei Federal 10.639, que tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio de todo país. As cotas raciais desencadearam um amplo debate nacional sobre o problema do negro. Mas foi a lei 10.639 que contribuiu, definitivamente,

para o aumento de interesse, por parte da sociedade brasileira, em discutir temas relacionados à diversidade racial e à história do negro no país. Evidentemente, este novo momento histórico se refletiu na produção historiográfica gaúcha.<sup>15</sup>

Em 2002, Eliane Peres publicou um artigo sobre os cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense (BPP), de 1877 a 1915, enfatizando os aspectos que neles envolveram a presença dos negros. Quando esses cursos de instrução primária iniciaram suas atividades, 77 meninos e homens foram matriculados para a primeira e a segunda aula. Destes, 42 eram nacionais e 35 estrangeiros; 33 eram menores e 44 eram adultos, com idades variando de 9 a 48 anos. Do ponto de vista social, os cursos eram voltados para as classes populares. Porém, o que dizer da composição racial da clientela? Depois de confrontar os dados e as informações do Livro de Matrículas com os jornais do período e fontes diversas, a autora concluiu que os negros, desde que livres ou libertos, frequentaram esses cursos. “A presença deles nas aulas da Biblioteca”, avalia Peres, “pode ser considerada um avanço para a época, uma vez que o fato de ser negro era motivo suficiente para que o indivíduo sofresse toda espécie de rejeição e preconceito” (Peres, 2002, p. 86). Entre os ex-alunos da BPP, incluíam-se algumas das principais lideranças negras de Pelotas, como Rodolpho Ignácio Xavier (aluno em 1883, com 10 anos) e os irmãos Juvenal Moreno Penny e Durval Moreno Penny (alunos em 1899). Os dois últimos fundaram, em 1907, o jornal *A Alvorada*, do qual o primeiro se tornou um dos mais importantes redatores.

Foi justamente o percurso desse jornal o objeto da pesquisa de José Antônio dos Santos, publicada em forma de livro em 2003. Com intervalos efêmeros, *A Alvorada* circulou até 1965, constituindo um órgão catalisador dos anseios, das esperanças e dos ideais dos afro-pelotenses. O autor se propõe a problematizar as razões pelas quais os operários de cor em Pelotas fundaram organizações de recorte racial, em vez de abraçarem somente a luta classista, desfraldando a bandeira do movimento sindical.

Quando Juvenal Penny vendeu o jornal para Rubens Lima, em 1946,<sup>16</sup> teria selado a transição para uma nova fase na vida do *A Alvorada*. Se na primeira fase foi empreendida uma linha editorial

de cunho mais de reivindicação e de protesto, na segunda seus diretores impingiram-lhe um caráter também comercial. Pelas páginas do jornal ocupavam-se dos problemas da comunidade negra; informavam-se das atividades organizadas pelas diversas agremiações das “pessoas de cor” – as desportivas, carnavalescas, musicais, dançantes, instrutivas, beneficentes, cívicas, culturais e teatrais –, bem como se discutiam os rumos do movimento operário, posto que significativa parcela dos afiliados aos sindicatos em Pelotas era de ascendência africana (Santos, 2003, p. 111). Rodolpho Xavier, por exemplo, um dos fundadores do jornal e importante ativista negro, era liderança do movimento operário na cidade. Somam-se a ele a figura de seu irmão, Antonio Baobab, e as de Juvenal Penny e Durval Penny. A partir da fundação da Frente Negra Pelotense, em 1933, o jornal passou a ser o porta-voz dessa agremiação, servindo de tribuna para que ela difundisse seu programa “redentor”.

Antônio dos Santos revela como *A Alvorada* não foi uma iniciativa isolada, mas antes integrava uma rede de publicações da imprensa negra no Rio Grande do Sul, formada ainda pelos jornais *O Exemplo* (Porto Alegre, 1892-1930), *A Cruzada* (Pelotas, 1905-?), *A Navalha* (Santana do Livramento, 1931-?), *A Revolta* (Bagé, 1925-?) e *A Hora* (Rio Grande, 1917-1934).<sup>17</sup> Com efeito, o historiador gaúcho não tem dúvidas de que o protagonismo negro em Pelotas, nas primeiras décadas do século XX, era eclético, versátil e dinâmico, agenciando um não desprezível nível de organização e conscientização.<sup>18</sup>

Em 2008, Maria Angélica Zubarán publicou um artigo sobre o papel das comemorações de liberdade – especificamente das celebrações da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro, e da Lei Áurea, em 13 de maio –, no processo de construção das identidades negras em Porto Alegre, na última década do século XIX e primeira década do XX. Longe de meras manifestações do folclore, mecanismos de alienação ou espaços impostos pelo calendário oficial, essas efemérides foram apropriadas e ressignificadas pelos afro-gaúchos; não por uma perspectiva unívoca, mas a partir de uma polifonia de representações sociais, símbolos culturais e sentidos políticos.

Apoiando-se nos postulados de Paul Gilroy e Stuart Hall, a autora apresenta um enfoque atualizado, sugerindo que as lideranças afro-gaúchas, capitaneadas pelo jornal *O Exemplo*, conferiram vários significados para as celebrações do 28 de setembro e do 13 de maio. Esta última efeméride, em especial, era bastante festejada pelos afro-gaúchos na primeira década do século XX, com festas, sessões cívicas e atividades culturais nas associações negras e nas ruas do bairro de Porto Alegre conhecido como Colônia Africana.<sup>19</sup> Argumenta Zubarán:

As lideranças negras atribuíram significados variados às Leis de 28 de setembro de 1871 e de 13 de maio de 1888, desde aqueles celebratórios, na perspectiva da História oficial, àqueles que ressignificaram essas leis, vendo-as como leis regeneradoras dos males do passado, ou ainda rompendo com o passado e constituindo-se em momentos de denúncias dos preconceitos e das práticas discriminatórias no presente. (2008, p. 182).

Portanto, entrou no jogo a reinvenção da liberdade, a preservação de uma memória coletiva, as narrativas políticas e pedagógicas, as retóricas em prol da igualdade de direitos, enfim, as expectativas de ampliação da cidadania.<sup>20</sup>

No mesmo ano em que Angélica Zubarán publicou seu artigo, Fabrício Romani Gomes concluiu a sua dissertação de mestrado, na qual inquiriu a história de um clube de negros – o Sport Club Gaúcho, desde a sua fundação, em 1934, até 1988 –, em plena cidade de Caxias do Sul, onde o discurso memorialístico era de que ali não havia pessoas negras, mas apenas brancas, notadamente italianas e seus descendentes. A partir de um objeto de pesquisa original, o autor abordou as fases pelas quais o clube passou, o processo de construção e reconstrução da identidade étnica dos associados, seus projetos e suas ações coletivas, como criar uma escola de samba, montar um time de futebol, promover reuniões sociais, oferecer bailes e realizar concursos de beleza.

No que concerne à abordagem, Gomes interpreta os negros por um viés anti-essencialista. Longe de terem capitulado à ideo-

logia do branqueamento ou se desviado de um suposto caminho redentor, os afro-caxienses teriam construído, sim, uma identidade negra. Não de uma maneira fixa ou congelada, porém de forma dialógica, negociando e redefinindo essa identidade conforme as situações com as quais se defrontaram. Sua pesquisa mostra como setores da população negra de Caxias do Sul, no período do pós-abolição, foram habilitados; engendraram projetos de cidadania, travaram alianças e articularam uma rede de conexões políticas, sociais e culturais. O Club Gaúcho não oportunizava tão-somente um *locus* de diversão e lazer; ainda fazia parte de suas preocupações assegurar um espaço educacional e cultural distintivo, proativo, onde os negros pudessem se livrar dos estereótipos negativos e se afirmar positivamente, sentindo orgulho de sua capacidade de realização (Gomes, 2008, p. 147-148). Surpreendentemente, a pesquisa do historiador gaúcho revelou outra Caxias do Sul - uma cidade que não era homogênea ou uniformizada, mas plural, híbrida, diversificada; uma espécie de caleidoscópio vivo de etnias, de cores e de experiências culturais.<sup>21</sup>

### Algumas questões...

O protagonismo negro no pós-abolição é um campo de pesquisa em processo de consolidação; porém, já é possível identificar alguns dilemas, impasses e desafios. Doravante, eles serão sintetizados e brevemente examinados. Um dos gêneros de pesquisa de grandes potencialidades é o da biografia das “pessoas de cor”. Isto não significa dizer que os trabalhos publicados até o presente momento não tenham problemas. A biografia de Eni Barbosa e Elvo Clemente (1994) sobre Carlos Santos, por exemplo, é bastante factual, tendenciosa e laudatória. Deve-se, todavia, levar em consideração que os autores eram literalmente partidários do “ilustre” político afro-gaúcho, com um deles tendo sido seu assessor parlamentar. Do ponto de vista acadêmico, é digna de nota a biografia de Benito Bisso Schmidt, sobre Francisco Xavier da Costa, um “mulato” que conquistou uma posição



de proeminência no movimento operário desde a última década do século XIX e foi considerado o patriarca do socialismo no Rio Grande do Sul ou, nas palavras do autor, “a principal liderança socialista de Porto Alegre na Primeira República” (Schmidt, 2004, p. 25).<sup>22</sup> Xavier da Costa nasceu na capital do Estado, no dia 3 de dezembro de um “ano incerto da década de 1870”. Era filho do baiano José Pereira da Costa, um “homem livre de cor”, e da gaúcha Carolina dos Reis Costa. De origem pobre, empregou-se aos 11 anos de idade numa das mais importantes oficinas litográficas da cidade. Ali, ascendeu profissionalmente, tornando-se um perito oficial gravador. Quanto à educação, cursou os colégios Cabral e Villanova, sendo obrigado a abandoná-los devido à ocupação profissional. Foi, acima de tudo, um autodidata, que “lia, falava, escrevia e discursava em alemão”. A partir da última década do século XIX, “a trajetória individual de Xavier da Costa confunde-se com o processo de organização da nascente classe operária sul-rio-grandense” (Schmidt, 2004, p. 71).

Em 1895, foi fundador e primeiro presidente da Liga Operária Internacional, a mais importante associação operária de Porto Alegre na época. Dirigiu outras entidades sindicais e compôs a primeira diretoria do Partido Socialista do Rio Grande do Sul, em 1897. Militou ainda em lojas maçônicas e agremiações beneficentes.<sup>23</sup> Na imprensa, fez uma longa e prolixa carreira, sendo colaborador, articulista ou redator de vários jornais (como *Gazetinha*, *O Independente*, *A Democracia*, *Gazeta do Povo*, *Jornal do Comércio*, *Correio do Povo*). Casou-se com Leopoldina Schacherslehner, uma imigrante austríaca e, juntos, tiveram seis filhos. Em 1911, ingressou no partido governista e, no ano seguinte, elegeu-se para o Conselho Municipal – atual Câmara dos Vereadores –, tornando-se, assim, o primeiro afro-brasileiro a assumir um mandato político dessa envergadura em Porto Alegre. Foi reeleito em 1916 e eleito novamente em 1928. Por fim, tornou-se membro do Conselho Consultivo do Estado, vindo a falecer em 11 de maio de 1934.

Em conformidade com as tendências contemporâneas, a proposta biográfica de Benito Schmidt não é de narrativas factuais,

lineares, laudatórias, sensacionalistas, nem de apresentar o biografado como modelo de conduta a ser seguido, “um discurso de virtudes”, mas de uma investigação que, “partindo das experiências de um indivíduo, abordem questões mais gerais relacionadas à época na qual o mesmo viveu” (Schmidt, 2004, p. 21). A trajetória de vida de Xavier da Costa é fartamente documentada, com suas incertezas, hesitações e incoerências sendo bem problematizadas e inseridas com competência, pelo autor, “na tensão entre as escolhas individuais e os constrangimentos do contexto”. Talvez o único problema da pesquisa foi não ter dado guarida à questão racial na vida do personagem. Qual o significado que o “Patriarca do socialismo no Rio Grande do Sul” conferia à sua condição de afro-descendente? Em outros termos, como ele lidava com a sua identidade racial? Infelizmente, Benito Schmidt não procura respostas para essas questões. Isto é lamentável, pois as diversas identidades em jogo – o de gráfico, o de ativista sindical, o de político e o de afro-brasileiro – não estavam dissociadas, mas se articulavam e decerto influenciaram o itinerário de Xavier da Costa.

Esse mesmo tipo de problema aparece na pesquisa de Maria José Lanziotti Barreras, que acompanhou o percurso de Dario Bittencourt “desde sua origem familiar, suas primeiras vivências nos bancos escolares, sua atuação como crítico literário na década de 20, sua militância enquanto integralista e advogado, até as décadas de 1940 e 1950, como católico” (Barreras, 1998, p. 95). A autora examina as diversas identidades do personagem – política, acadêmica, profissional e religiosa –, mas não discute sua identidade racial. É sabido que Dario Bittencourt dirigiu o jornal da imprensa negra *O Exemplo*, por uma década, era frequentador de clubes de “pessoas de cor”, especialmente o Floresta Aurora, e não era alheio à sua ascendência afro-diaspórica; por isso Lanziotti Barreras não devia ter ignorado a dimensão racial na vida do personagem. Malgrado esse tipo de problema, as biografias sobre os afro-gaúchos constituem um campo de pesquisa auspicioso, pois elas possibilitam conhecer, entre outras coisas, como havia diversas formas de “ser negro”.

Um dos dilemas da historiografia é entender a relação de sinergia estabelecida entre frações dos afro-gaúchos e o movimento operário no período do pós-abolição. Contrariando os estereótipos tradicionais associados à alienação, ao atraso político, à falta de combatividade, ao paternalismo, uma parte dos egressos do cativeiro (e seus descendentes) cerrou fileiras no movimento operário, com alguns deles, inclusive, assumindo papéis mais que de meros figurantes ou coadjuvantes da história sindical. Em Pelotas, esse processo foi paradigmático. Segundo Beatriz Loner (1999), sempre houve lideranças operárias negras de destaque na cidade. A União Operária Internacional, fundada em 1898, tinha em sua primeira diretoria eleita 14 dirigentes negros (87,5%), num total de 16 membros. Rodolpho Xavier, uma importante liderança afro-pelotense, que também lutou na trincheira do jornal *A Alvorada*, fez parte da diretoria da União Operária como 1º. Secretário, em 1908. Na década de 1930, localizou-se uma significativa quantidade de negros participando das diretorias dos sindicatos. Em 1934, eram negros e operários quatro dos oito candidatos do Partido Socialista Proletário do Brasil a deputado federal.

É interessante saber que os afro-pelotenses, mesmo cumprindo um papel proativo no movimento dos trabalhadores, não abandonaram sua consciência racial, encampando projetos, patrocinando atividades, empreendendo alianças e cooperações de caráter classista e antirracista. Conforme assinala Loner (1999), a Sociedade Beneficente Feliz Esperança, “baluarte da representação negra na cidade de Pelotas”, não se furtou em colaborar para a organização classista operária, sediando a União Operária Internacional, acolhendo reuniões de entidades de categorias (como a Tipográfica Guttemberg) e animando conferências socialistas e operárias.<sup>24</sup> O jornal *A Alvorada*, mantido por um grupo de trabalhadores negros, elaborou um programa baseado na defesa dos operários e dos afro-pelotenses (Santos, 2003). Como, afinal, os afro-gaúchos articularam, combinadamente, uma identidade racial e classista? É uma pergunta cuja resposta precisa ser densificada, entrelaçando as diversas variáveis da questão: cená-

rios específicos, narrativas capilares, relações interativas, trajetórias individuais e coletivas, injunções subjetivas e objetivas.

Outro tema que precisa ser aprofundado é o da própria militância negra nas associações civis, nas irmandades e nos jornais. Para Porto Alegre, faltam pesquisas sistemáticas acerca da Sociedade Beneficente Floresta Aurora, do Clube Náutico Marcílio Dias e do jornal *O Exemplo*. Recentemente, entretanto, surgiram trabalhos sobre a experiência histórica do movimento negro da capital do Estado. Deivison M. C. de Campos (2006) esquadrinhou o Grupo Palmares, formado na década de 1970; Arilson dos Santos Gomes (2008) debruçou-se em torno da história do Primeiro Congresso Nacional do Negro, realizado em Porto Alegre no ano de 1951. No caso de Pelotas, inexistem pesquisas a respeito das sociedades dramáticas, da liga de futebol José do Patrocínio, da Sociedade Beneficente Feliz Esperança, a mais importante agremiação do gênero entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do XX. Urge, por sua vez, uma investigação mais rigorosa sobre a Frente Negra Pelotense. Inspirada na experiência histórica da Frente Negra Brasileira, de São Paulo, a agremiação manteve-se em atividade de 1933 a 1935, e se tornou um marco do protagonismo negro gaúcho. Sabe-se que seus representantes lutavam pela elevação cultural e social da população de cor e buscavam, por intermédio da educação, qualificar essa população a granjear uma melhor posição na sociedade. Não obstante, alguns aspectos de sua história precisam ser apurados, sistematizados e problematizados, tratando-se, pois, de um capítulo da mobilização racial que ainda não foi descortinado devidamente. Outro problema é que a maior parte das pesquisas que vêm se dedicando a estudar o negro no pós-abolição fica circunscrita a Porto Alegre e Pelotas. Urge, também, ampliar o recorte espacial e pesquisar essa temática em outras cidades e regiões do Rio Grande do Sul.

Já um tema que precisa deixar de ser periférico é o do protagonismo das mulheres negras. As poucas informações a respeito têm sinalizado que, apesar de viverem numa sociedade cujas relações de gênero eram estruturadas em modos de dominação/subordinação, estratos das “mulheres de cor” inclinaram a uma

postura de autonomia, criaram espaços específicos e tomaram iniciativas procurando fazer valer sua vontade, de modo que parte dos créditos do protagonismo negro no pós-abolição deve-se à participação feminina.

Loner (1999) argumenta que as mulheres negras desempenharam um papel de monta no meio negro de Pelotas, exercendo múltiplos papéis culturais, quer na religião, no carnaval – saindo nos cordões e blocos, produzindo as fantasias, sendo o elo entre os clubes carnavalescos e os futebolísticos –, ou nas associações beneficentes, assumindo diversas tarefas, como a organização de festivais e de quermesses para levantamento de fundos. A historiadora gaúcha notou que havia diretorias femininas em todas as associações negras, as quais atuavam paralelamente à diretoria masculina. Já a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, fundada em Pelotas no dia 19 de março de 1908, era formada só por mulheres negras. Pelo nome das diretoras, várias delas pertenceriam às famílias de diretores de outras associações negras do período. Conseguindo sobreviver por mais de uma década, teria sido a única associação nascida na época republicana que experimentou tal performance, pois as demais foram efêmeras.

Segundo Fabrício Gomes, o primeiro clube negro da cidade de Caxias do Sul foi o Clube das Margaridas, originado provavelmente na década de 1930. Como as informações sobre ele são escassas, têm-se dúvidas se a agremiação comportava exclusivamente mulheres. De todo modo, a escolha de uma flor para título de um clube pode estar relacionada à idéia da “sensibilidade feminina”, “da beleza”, “da vaidade”, “do perfume”, indicando que nele as mulheres cumpriram papel de importância, quando não foram as principais personagens (Gomes, 2008, p.65-66).

Como já foi indicado, o tema do negro e educação está em evidência, mobilizando políticas públicas e gerando polêmicas acaloradas. No entanto, ainda é um tema pouco contemplado do ponto de vista historiográfico. Isto é preocupante, pois não basta propalar que os “homens de cor”, no pós-abolição, foram excluídos do sistema de ensino e padeceram do mal do analfabetismo. De acordo com as pesquisas atuais, eles também estiveram envolvidos em experiências formais e informais de escolarização. Eliane

Peres patenteou a participação dos negros nos cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense. Sua pesquisa, por sinal, teve o objetivo expresso de “desmistificar a idéia corrente e generalizada de que os negros não sabiam ler e escrever, não estudavam ou não frequentavam escolas no século XIX” (Peres, 2002, p.81). Vale registrar igualmente os vários projetos educacionais levados a cabo pelas associações negras nas primeiras décadas do século XX. Loner informa que a Sociedade Beneficente Feliz Esperança mantinha aulas noturnas e biblioteca para seus sócios. Afinal, havia a compreensão de que a educação era o principal caminho pelo qual o indivíduo deveria trilhar para ascender cultural e socialmente, conquistando o respeito e o reconhecimento da sociedade. A autora avalia que

A educação era a grande preocupação dos negros (...), havendo referências na imprensa à instalação de aulas noturnas em diversas associações negras, em vários momentos. Mesmo no pós-30, a Frente Negra Pelotense tinha na educação da raça um de seus objetivos principais, pois a educação era vista como o grande instrumento de valorização social e meio de retirar o negro da situação de miséria e marginalização em que vivia. (Loner, 1999, p. 23-24).<sup>25</sup>

Já para as paragens de Porto Alegre, Lúcia Regina Brito Pereira (2008) cartografa algumas preocupações pedagógico-culturais arvoradas pela Sociedade Floresta Aurora, pelo Clube Marcílio Dias, pela Associação Satélite Prontidão e pela Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras. A despeito dos notáveis esforços por parte de alguns historiadores contemporâneos, muitas questões precisam ser problematizadas: por que os ex-escravos e seus descendentes concebiam a educação como a panacéia para todos os males? Quais foram as suas estratégias e os seus investimentos para enfrentar os problemas das desigualdades raciais no campo educacional? Como foram essas experiências de escolas para negros? Elas chegaram a desenvolver alguma proposta pedagógica alternativa? Uma coisa é certa: em vez de abor-

dagens generalizantes, as respostas para tais questões exigirão pesquisas centradas em personagens, grupos, enredos e cenários específicos.

Da mesma forma, a historiografia gaúcha tem negligenciado o papel do protagonismo negro nas manifestações da cultura popular, particularmente nas diversas vertentes das religiões de matriz africana, no período imediatamente posterior à Abolição. Ao esboçar o impressionante percurso de Custódio Joaquim Almeida (1831-1935) no Rio Grande do Sul, o trabalho da antropóloga Maria Helena Nunes credenciou-se pela excepcionalidade, na medida em que apresentou algumas pistas a respeito desse assunto. Nascido na cidade do Benin, na atual Nigéria, Almeida exilou-se por razões políticas no Brasil em fins do século XIX, e foi em Porto Alegre que passou as três últimas décadas de vida, onde faleceu com 104 anos. Era conhecido na cidade e imediações como “príncipe Custódio”, pois se dizia primogênito da família de um obá africano do reino do Benin. Instalou na capital gaúcha uma “corte” e tornou-se uma das personalidades negras mais intrigantes de sua época. Quando passeava, fazia uso de carruagem com pares de cavalos brancos em dias de sol e pares de cavalos pretos nos dias de chuva. Era reconhecido tanto por seus “patrícios” descendentes de escravos, como pelas elites brancas, as quais com ele mantiveram contato. Comenta-se que o “príncipe” era procurado pelos mais destacados chefes políticos de seu tempo – como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado e Getúlio Vargas –, sobretudo por ser o líder de uma religião de matriz africana (com ritos da tradição jeje e glefê) que, embora já tenha desaparecido, influenciou a formação do campo religioso afro-gaúcho. Carismático, altivo, possuidor de dons pessoais e de saberes mágicos, o “príncipe africano” foi mitificado pela “comunidade negra” no Rio Grande do Sul a tal ponto que, para Helena Nunes, tornou-se “emblema” e “ideal para ser negro e batuqueiro em terras gaúchas” (Nunes, 2007, p.145). À parte os exageros da autora, cabe indagar: e os outros Custódios Almeidas do Rio Grande do Sul? Qual o papel que as práticas mágico-religiosas afro-brasileiras tiveram na vida dos negros do Brasil meridional no período imediatamente posterior

à Abolição? E como eles agenciaram, vivenciavam e se apropriavam de tais práticas, impingindo-lhes diferentes significados políticos, sociais, culturais e existenciais? A própria performance do “príncipe africano” precisa ser mais bem documentada.<sup>26</sup> Para tanto, esse campo de investigação talvez tenha de deixar de ser “açambarcado” pelos antropólogos e fazer parte do universo de preocupações dos historiadores.

No que tange aos arquivos e acervos para se trabalhar com o tema do negro no pós-abolição, as opções são descentralizadas. Ao lado dos arquivos públicos e centros de documentação e memória, os arquivos privados constituem uma boa alternativa de pesquisa, mas os historiadores nem sempre se valem deles. Lúcia Regina Brito Pereira narra como ficou atônita ao descobrir, inusitadamente, a existência do acervo particular de José Domingos Alves da Silveira, um senhor residente na cidade de Viamão que, desde meados da década de 1940, “garimpa” material na imprensa escrita. “Surpreendemo-nos”, afirma a historiadora, “ao saber que o conteúdo do acervo reunia milhares de recortes de jornais e revistas com diferentes assuntos, entre os quais muita informação sobre negros” (Pereira, 2008, p. 50). Já no que diz respeito às fontes para se incursionar pelo tema do negro no pós-abolição, já se veiculou o discurso de que elas não existiriam. Nada mais falso. Para não alongar, basta fazer alusão a duas pesquisas empíricas. A primeira é a de Fabrício Gomes (2008) que, para reconstituir os fios que compuseram a história de um clube negro, compulsou uma miríade de fontes (estatutos do clube, atas das reuniões da diretoria, correspondências, jornais da imprensa regular de Caxias do Sul, processos criminais, relatórios policiais, testemunhos orais, obra literária e cronista). Sua pesquisa é uma demonstração cabal de como carece de fundamento o discurso segundo o qual não é possível, pela inexistência de fontes, debruçar-se sobre a experiência associativa dos negros no pós-abolição.<sup>27</sup> O segundo trabalho aludido aqui é o de Eliane Peres, referente à participação dos negros nos cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense. Quando iniciou a sua pesquisa, a autora tomou contato com apenas três livros de matrícula, cujas informações se limitavam ao nome, à idade, à nacionalidade, à profissão e à filiação



dos alunos. Diante do “silêncio das fontes”, ela lançou mão de expedientes alternativos e consultou relatórios, cartas, material produzido pelo movimento abolicionista e, sobretudo, os jornais do período, entre 1875 e 1915. Cruzando dados e informações fragmentadas, cotejando documentos diversos, entrecruzando notícias dispersas, foi possível “recompor” parte da história dos cursos noturnos e, principalmente, atestar a presença de negros (Peres, 2002, p. 78).<sup>28</sup>

Para driblar, portanto, o “silêncio das fontes” acerca da experiência histórica dos negros no pós-abolição, não existem fórmulas mágicas. Faz-se necessário desenvolver procedimentos novos (e rever os antigos) de tratamento *dos corpus* documentais, ousar, ser criativo, fazer uso do paradigma indiciário, cultivando um faro detetivesco e não desperdiçando nenhuma pista; manejar as estratégias e ferramentas de pesquisa com sensibilidade e uma dose de intuição, além, obviamente, de muita perseverança e paciência. São muitas as fontes que podem ser exploradas: desde as tradicionais, como as de caráter governamental, cartorial, judicial; atas, cronistas, jornais, revistas até as sintonizadas às novas linguagens: literatura (romances, contos, poesias), iconografia (fotografias, gravuras, caricaturas, charges), registros artísticos (desenhos, pinturas, esculturas, monumentos), testemunhos orais e audiovisuais (cinema, documentário, televisão e registros sonoros em geral). Já para o trabalho com a memória, é possível sugerir igualmente fontes diversas, como diários, autobiografias, poesias, contos, romances, textos memorialísticos, teatro, danças, músicas, práticas religiosas e monumentos.

## Considerações finais

Tomando a Europa como modelo de civilização e modernidade, as elites do Rio Grande do Sul procuraram branquear o Estado e eliminar a herança da escravidão no período do pós-abolição. Com esse ímpeto, investiram em grandes negócios e empreendimentos, patrocinaram a vinda de milhares de imigrantes europeus, adotaram estilos de vida e padrões de sociabilidade

aburguesados, implementaram programas de reformas urbanas e desterritorialização.<sup>29</sup> Nesse contexto, não era nada fácil ser negro. O jornal *O Exemplo*, por exemplo, denunciava amiúde o “preconceito de cor”, o desrespeito à dignidade dos afro-descendentes, os quais eram impedidos do direito de reunião em locais públicos, de frequentar cinemas, teatros, restaurantes, praças públicas e/ou de serem aceitos em bondes, hotéis, clubes, orfanatos e escolas (Zubaran: 2008, p. 168).

Entrementes, qual foi mesmo a trajetória das populações de ex-escravos a partir da supressão do cativeiro? E o que ocorreu com os seus descendentes, denominados muitas vezes de “homens de cor”? As experiências acumuladas durante a escravidão (a saber: as identidades plurais; a valorização da família; os laços de amizade, solidariedade e compadrio; os padrões de moralidade, ética e honra; o papel da mulher nas relações de gênero; as estratégias de negociação, acomodação, conflito e politização do cotidiano; a vida associativa em irmandades, confrarias e agremiações mutualistas) não foram apagadas da memória, mas reelaboradas e projetadas dinamicamente no período do pós-abolição. Assim, como essas populações inventaram e reinventaram a liberdade, batalharam por empoderamento, mesmo operando num regime de cidadania limitada? Quais os significados que elas conferiam às suas ações no campo político, social, cultural e econômico? Como se apropriaram dos códigos de sociabilidade vigente e procuraram deles tirar vantagens ou lhes atribuir novos sentidos? Qual a lógica interna de múltiplos e diferentes estilos de vidas baseados na autonomia e autodeterminação? Em suma, entender essas populações a partir de seus próprios termos, eis o pungente desafio da historiografia brasileira, para não dizer gaúcha.

Que o Rio Grande do Sul foi um Estado racista nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do XX, não se tem dúvidas. Para o historiador, entretanto, esse dado é insuficiente, de sorte que ele deve ir além e perscrutar as tensões, contradições e ambiguidades do sistema racial e revelar como estratos da população afro-gaúcha, em vez de vítimas passivas e assujeitadas, reagiram de maneira articulada (ou não) às adversidades da vida,

fabricaram e refabricaram seus próprios mecanismos de sociabilidade, política, cultura e lazer e, no limite, conquistaram o seu espaço na sociedade; não de maneira estereotipada ou estigmatizada, mas digna, respeitosa e “quase-cidadã”.<sup>30</sup>

Chegou a hora, portanto, de considerar o negro como agente de sua história – de seu destino, de seus sonhos, de suas realizações, de seus infortúnios e de seus projetos – e, ao mesmo tempo, como ator que, de forma relacional e contrastiva aos “outros”, contribuiu na elaboração de narrativas, retóricas, tramas e cenários na história do Rio Grande do Sul, ora na condição de coadjuvante, ora na de protagonista, ora em outras situações. Já não há mais espaço para pesquisas de abordagens generalizantes, nas quais os negros eram (des)classificados de párias, seres anômicos, sociopatas e alienados. Quando não esquemáticas e reducionistas, essas pesquisas eram muitas vezes desprovidas de lastro na documentação diversificada de época. Abordagens verticalizadas, eis outra tendência do momento. São, aliás, as pesquisas pautadas nessas novas abordagens que vêm mostrando como os caminhos percorridos pelos negros no Rio Grande do Sul, no pós-abolição, foram múltiplos; logo, reduzir suas complexas e multifacetadas experiências históricas a estereótipos e clichês essencialistas é bastante problemático.

Longe de identidades reificadas e cristalizadas, os afro-gaúchos forjaram identidades plurais, plásticas e maleáveis, constrangidas pelos contextos e pelas correlações de forças específicas. Nesse sentido, o pós-abolição deve ser visto como um campo de disputas, e não como uma realidade dada, uma herança inexorável da escravidão. É verdade que os negros já entraram em campo em posição de desvantagem em relação aos brancos, com o placar lhes sendo muitas vezes desfavorável, mas nem sempre eles perderam. Com engenhosidade, versatilidade e usando armas de diversos tipos e calibres, os negros selaram conexões diversas, travaram alianças ambivalentes, capitalizaram as possibilidades e frestas do sistema, fizeram escolhas, negociaram suas identidades e lealdades até conseguirem reverter o placar e ganhar o jogo ou estabelecer o que E. P. Thompson denominou de “equilíbrio social delicado”, em que “os dois lados da equação eram,

em certa medida, prisioneiros um do outro” (Thompson, 1998, p. 68). Não se trata aqui de negar a famigerada opressão racial no Brasil Meridional, mas de realçar a necessidade imperiosa de lançar luzes em formas alternativas e criativas de vida, resistência e agenciamentos. O protagonismo negro no pós-abolição é uma área de estudos e pesquisas em franca expansão.<sup>31</sup> E essa expansão é deveras promissora, tendo em vista que poderá, em última instância, concorrer para tirar a população afro-gaúcha da invisibilidade e, na pior das hipóteses, servir para fertilizar a historiografia brasileira.

### **Ariadne's thread: The black protagonism in post abolition**

**Abstract.** Several researches have been dealing with black... black protagonist after the slavery abolition, from biographies, associative life, political connections, social managements and cultural relations. This article has the proposal to trace and to do a preliminary balance of those researches in Rio Grande do Sul state, and in so far as possible To point out questions, suggest sources and discuss the problems, dilemmas and challenges of that new area of studies and researches.

**Keywords:** black protagonism, historiography, post abolition, Afro-Brazilian

### **Notas**

<sup>1</sup> Os dados biográficos de Dario de Bittencourt basearam-se em Maria José Lanziotti Barreras (1998).

<sup>2</sup> Os fatos, relacionados à vida de Carlos da Silva Santos, foram extraídos de Eni Barbosa e Elvo Clemente (1994).

<sup>3</sup> A partir de meados da década de 1950, um grupo de cientistas sociais e jovens pesquisadores da USP (Roger Bastide, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni, entre outros) passou a desenvolver estudos sobre as relações raciais no Brasil de um ponto de vista novo: o das desigualdades e das discriminações raciais, relacionadas à modernização e à situação das classes sociais no país. A esse grupo de pesquisadores convencionou-se chamar de “Escola Paulista de Sociologia”.

<sup>4</sup> Em outro momento, Fernando Henrique Cardoso volta a argumentar que os escravos “foram reduzidos à condição de coisa, isto é, de alguém que possuía apenas ‘consciência passiva’ da situação em que se encontrava, e cuja ação refletia os

designios dos senhores. (...) Os senhores representavam-nos como instrumentos de trabalho e eles se comportavam, efetivamente, como seres incapazes de ação autônoma” (Cardoso, 1997, p. 39).

<sup>5</sup> Segundo Cardoso, as arbitrariedades impetradas contra os negros, nesse período, “manifestavam-se nos diversos planos da vida social: no trabalho, na religião, na recreação, nas escolas, e assim por diante. Cristalizavam, às vezes, em práticas discriminatórias, com a função evidente de impedir que o negro pudesse partilhar de forma comum com os brancos os benefícios da ordem formalmente democrática, como, por exemplo, frequentar as mesmas escolas, ou dançar nos mesmos salões” (Cardoso, 1997, p. 252).

<sup>6</sup> Para Cardoso, “esse ‘mimetismo’ era fundamental para o negro situar-se como pessoa. Não só porque, subjetivamente, sentia-se alguém, como porque alcançava, de fato, ao menos em parte, o objetivo visado: começava a impor-se como pessoa aos antigos senhores graças ao respeito à etiqueta dos brancos nas manifestações exteriores do comportamento” (Cardoso, 1997, p. 258).

<sup>7</sup> Apesar dos problemas das ilações de Cardoso, sua pesquisa deve ser vista como um documento de época, cuja importância talvez resida no fato de o sociólogo paulista ter escrito sobre os afro-gaúchos numa época em que era hegemônico o discurso, quer da democracia racial, quer da inexistência (ou presença residual) do negro na formação histórica do Rio Grande do Sul.

<sup>8</sup> É interessante notar que os primeiros fundadores dessas associações civis negras foram “praticamente todos Irmãos do Rosário, ou deles descendentes”. Somente ulterior a 1905, Muller percebeu “uma ‘dessacralização’ entre os participantes das associações, fruto, sem dúvida, das novas necessidades conjunturais estabelecidas pela República. As sociedades fundadas por negros, na verdade, apresentavam ações estratégicas bem similares àquelas desenvolvidas na [Irmandade]. Traduziam, contudo, aspirações atualizadas e mais maduras” (Muller, 1999, p. 198).

<sup>9</sup> De acordo com Muller, o negro de Porto Alegre foi alijado da vida recreativa oferecida pelas “associações brancas”; por isso, “viu-se na contingência de abrir caminho em direção a palcos e salões [próprios] onde pudesse desfilar os sinais da prosperidade conquistada tão duramente. [Suas] sociedades dançantes e recreativas tinham por finalidade, então, promover saraus e bailes de gala; passeios e convívios; concursos de beleza, tudo o que fosse capaz de promover a imagem do negro e ampliar sua autoestima”. Já as associações “benéficas” e “instrutivas” ocupavam-se de outras questões: “O abandono de crianças e velhos, impedidos de serem amparados nos orfanatos e asilos de brancos, era um problema sério que entidades, como a Congresso Laço de Ouro, procuravam minimizar. Através de caixas mutualistas que promoviam o socorro médico, o fornecimento de remédios, e a garantia de um funeral digno, essas sociedades contribuíram ainda mais para aprofundar a consciência dos negros em relação à previdência e à poupança” (Muller, 1999, p. 198-199).

<sup>10</sup> Na verdade, não é possível afirmar que a Sociedade Olympia Peres foi fundada em 1892, mas os primeiros registros localizados pela autora datam desse período.

<sup>11</sup> O grupo de negros que lançou o jornal era formado por Arthur de Andrade, Marcílio Freitas, Aurélio Bittencourt Júnior, Sérgio Bittencourt, Alfredo de Souza e Esperidião Calisto, em cuja barbearia, localizada na Rua dos Andradas (centro de Porto Alegre), o grupo se reunia. No início, era um jornal semanal, de quatro páginas, de tiragem baixa e vendido e distribuído pelos próprios editores, em condições precárias (Muller, 1999).

<sup>12</sup> Em texto recente, Beatriz Loner contabilizou, em Pelotas, a existência de 17 “associações negras não-recreativas”, entre 1880 e 1940; 28 “associações esportivas, recreativas ou carnavalescas negras”, de 1888 a 1940. Quanto a estas últimas, a autora faz a seguinte ressalva: “Aqui estão representadas apenas as entidades maiores. Blocos e grupos carnavalescos ou teatrais existentes dentro de outras associações não foram considerados, o que elevaria muito a sua quantidade”. Já para a cidade de Rio Grande, foram listados a existência de 22 “associações negras ou mistas” (Loner, 2008, p. 259-261).

<sup>13</sup> O nome oficial da entidade – Liga Nacional de Futebol Portoalegrense – foi praticamente esquecida no imaginário social da cidade, em detrimento da *Liga da Canela Preta*, uma designação altamente depreciativa. “A denominação oficial da liga”, adverte Jesus (1999, p.152), “ficou praticamente esquecida da memória urbana, em favor de um registro que despreza, ironiza e atribui um sentido de estranhamento e alteridade: aquelas ‘canelas’ são diferentes, fogem ao padrão, elas são ‘pretas’. O próprio uso do termo ‘canela’ pode estar indicando menosprezo: a parte do corpo que deve tocar e conduzir a pelota é o pé; o uso da canela denota falta de habilidade ou controle motor. Na linguagem popular do futebol, dar ‘canelada’ supõe mal controle da bola ou mesmo agressão desleal do adversário”.

<sup>14</sup> Jesus (1999, p. 154) informa que, em Pelotas, existiu a Liga José do Patrocínio, e em Rio Grande, a Liga Rio Branco, todas exclusivas para atletas negros e com auge na década de 1920. Essa informação é atestada por Beatriz Loner. “A partir do início do século [XX]”, assevera essa autora, “assistiu-se a uma disseminação de clubes de futebol, que encontraram respaldo entre os negros. Sozinhos ou times mistos, negros e mulatos se dedicaram com entusiasmo ao novo esporte, formando ligas de futebol negras, a *Liga José do Patrocínio*, fundada em 10/06/1919 em Pelotas e a *Liga Rio Branco* em Rio Grande, fundada em 04/08/1926.” (Loner, 1999).

<sup>15</sup> O relato dos organizadores de um recente livro de coletânea corrobora essa assertiva: “o livro *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento se insere naquelas temáticas propostas pela Lei 10.639/03, com a perspectiva e o recorte regionais. A proposta dos organizadores é compor um mosaico ou um mapa da presença e participação dos negros na história do Estado que contempla*

as tendências das pesquisas produzidas nos últimos anos nas Universidades gaúchas” (Silva; Santos; Carneiro, 2008, p. 11).

<sup>16</sup> Juvenal Moreno Penny manteve-se como proprietário do jornal *A Alvorada* de 1907 a 1946, portanto, durante 39 anos. Seu irmão Durval Moreno Penny, diretor do jornal, afastou-se antes desse período para estudar medicina.

<sup>17</sup> Beatriz Loner acrescenta outros jornais para a cidade de Pelotas: *A Vanguarda* (1908), uma provável dissidência d’*A Alvorada* (1907), e dois “jornais comemorativos, com números únicos, o *Ethiópico*, de 1886, obra do clube de mesmo nome, e *A Cruzada*, surgido em 13 de maio de 1905, comemorando a instalação do Clube José do Patrocínio”. Já para Rio Grande, a autora faz alusão ao *O Tagarela*, um jornal surgido em 1º. de maio de 1929, e “que durou até a década de 1940, sob a direção de Coriolano Benício, ator e diretor teatral” (Loner, 2008, p. 253).

<sup>18</sup> Por exemplo, em uma reunião convocada pelas sociedades recreativas negras, em 1932, compareceram os representantes da “*Chove [Não Molha], Está Tudo Certo, Depois da Chuva, Fica Abí Pra Ir Dizendo e Grêmio Recreativo 24 de Junho*. A essas associações recreativas somaram-se os times de futebol da *Liga José do Patrocínio* (*S. C. Juvenil, S. C. Universal, S. C. América do Sul, G. S. Luzitano, G. S. Vencedor, G. S. União Democrata*); cordões carnavalescos (*C. C. Vanguardeiros, C. C. Quem Ri de Nós tem Paixão, G. R. Democráticos*); *Banda Musical União Democrata*; companhias de teatro (*Companhia Negra de Operetas e Variedades Pelotense, C. D. C. dos Operários*); *Irmadade Nossa Senhora do Rosário e a Frente Negra Pelotense*” (Santos, 2003, p. 194-195).

<sup>19</sup> Segundo Angélica Zubarán, a data do 13 de maio de 1904 foi comemorada com uma grande festa na Sociedade Floresta Aurora – uma das mais importantes sociedades negras de Porto Alegre –, “com apresentação da peça teatral *Filho Bastardo*, do dramaturgo negro Arthur Rocha, pelo Centro Dramático Floresta Aurora, com fogos de artifício, banda de música, poesias e discursos. No interior do Estado, outras localidades como São Leopoldo e Santa Maria também comemoraram a data nas sociedades negras União Leopoldense e 13 de Maio, respectivamente” (Zubarán, 2008, p. 176-177).

<sup>20</sup> Ao pesquisar as crônicas e notas da imprensa regular de Novo Hamburgo (RS) relativas às comemorações do 13 de Maio – data da abolição da escravatura –, Magna Lima Magalhães sugere analogamente que, para os negros, essas efemérides possivelmente representavam um “momento de festejar a liberdade, a agregação com os seus, a mobilidade e a circulação, a expressão de seus valores culturais, de fomentar a solidariedade, romper ‘fronteiras’, tornar-se visível” (Magalhães, 2008, p. 65).

<sup>21</sup> Em outro texto, Fabrício Romani Gomes e Magna Lima Magalhães (2008a) também se referem à experiência histórica do Sport Club Cruzeiro do Sul, um clube de negros proveniente de um time de futebol homônimo, fundado por um grupo de amigos em 18 de outubro de 1922, numa noite de “luar admirável” e “quente” da cidade de Novo Hamburgo (RS) – cidade, aliás, que “se afirma e é reconhecida

como alemã”. Com o tempo, o time de futebol se fundiu ao bloco carnavalesco Os Leões, resultando na Associação Esportiva, Beneficente e Cultural Sociedade Cruzeiro do Sul. Esta agremiação catalisou os anseios, as expectativas e as aspirações dos negros de Novo Hamburgo e adjacências, animando atividades recreativas, desportivas e sociais – encontros, festividades culturais, confraternizações, bailes, concurso da Rainha da Cruzeiro do Sul etc. “Suas lembranças”, julgam os autores, “mostram que, ao contrário do que muitas vezes é apresentado pela historiografia tradicional, Novo Hamburgo comporta em sua história o papel significativo de sujeitos negros que compuseram (e compõem) uma multiplicidade social que vai sendo desvelada gradativamente e mostrando que, em ‘terras germânicas’, negros atuaram como sujeitos históricos capazes de reivindicar, de elaborar táticas, de demarcar espaços e de concretizar sonhos” (Gomes & Magalhães, 2008<sup>a</sup>, p.277). Para uma cidade fortemente caracterizada pelo discurso da germanidade, é notável saber que os negros cumpriram o papel de agente civilizatório e, sobretudo, foram capazes de inventar seus próprios espaços de autonomia e liberdade.

<sup>22</sup> Na verdade, a pesquisa de Benito Schmidt traça a biografia de dois personagens – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961) – mas, como apenas o primeiro era afro-brasileiro, será o único a ter sua trajetória de vida aqui pautada.

<sup>23</sup> De acordo com Schmidt, Xavier da Costa fundou, no âmbito do associativismo, “a União dos Operários Estivadores em 1919, a União dos Trabalhadores em Trapiches de Porto Alegre em 1922, o Centro dos Chauffeurs em 1928 e, no ano seguinte, A Cosmopolita – Associação dos Empregados em Hotéis e Similares. Em 1921, era sócio da Cooperativa de Consumo dos Operários (...); sócio benemérito da Sociedade Beneficente União e Progresso; delegado da Associação dos Fogueiras e membro da Comissão Técnica da União Tipográfica” (Schmidt, 2004, p. 344).

<sup>24</sup> Em texto mais recente, Beatriz Loner volta a fazer reflexão semelhante: “Defende-se a posição de que os negros tentaram sua integração na sociedade através de sua consolidação como trabalhadores, neste sentido, a luta pela organização da classe operária ocupou papel importante na estratégia de suas principais lideranças, as quais participaram, ao mesmo tempo, de associações classistas e de associações negras. (...) Devido a isso, encontra-se sempre a presença das associações negras em todas as festas operárias, ou participando de lutas e comemorações da classe. Elas comemoravam o Primeiro e o Treze de Maio e várias reuniões de sindicatos ou centrais operárias foram realizadas em sedes de entidades negras, tanto no início da República como posteriormente” (Loner, 2008, p. 252).

<sup>25</sup> Antônio dos Santos também verificou que o jornal da imprensa negra, *A Alvorada*, exaltava o papel da educação na vida dos afro-descendentes: “Aqueles que escreviam no semanário acreditavam que, uma vez *instruídos*, os negros tomariam



conhecimento dos seus direitos e deveres, saberiam advogá-los e se encaminhariam para a busca da cidadania plena” (Santos, 2003, p. 136).

<sup>26</sup> Depois da pesquisa de Maria Helena Nunes, o africanista Alberto da Costa e Silva teceu breves apontamentos sobre a vida de Custódio Joaquim de Almeida e reforçou os aspectos pitorescos do personagem. Morando numa mansão com cinco filhas e três filhos, o “príncipe” tornou-se uma referência positiva para os velhos africanos e negros brasileiros de Porto Alegre; um líder que recebia em casa a visita de Borges de Medeiros – então governador do Estado – nas festas de seu aniversário. Com mais de 1,83m de altura, forte, extrovertido e “cheio de energia, Custódio era fluente em inglês e em francês, mas, curiosamente, nunca chegou a falar um português perfeito”. Em ocasiões especiais, trajava roupas africanas, e costumemente cobria a cabeça “com um fez vermelho ou um gorro branco, com abas laterais que lhe cobriam as orelhas, semelhante a um gorro aça de couro; e, na maioria das fotografias, aparece fumando um grande charuto e usando um relógio de bolso, com uma pesada corrente de couro”. Quando o “príncipe” comemorou seu suposto centenário, promoveu uma festa homérica, considerada por um dos jornais da cidade como a mais fantástica jamais vista em Porto Alegre. Veio a falecer no dia 28 de maio de 1935, tendo um funeral conforme os preceitos tradicionais da África Ocidental: “para estupefação de seus amigos católicos e brancos, a festa do enterro durou vários dias, com música, dança e banquetes” (Silva, 2003, p. 171-173). O bosquejo de Alberto da Costa e Silva acrescentou alguns dados informativos importantes relacionados à trajetória do “Príncipe de Ajudá”, mas, infelizmente, o respeitado africanista coligiu escassas fontes e evidências, o que deixou o seu texto preambular e demasiadamente especulativo.

<sup>27</sup> Fabrício Gomes declara como se surpreendeu com a quantidade de fontes que encontrou ao iniciar sua pesquisa sobre um clube negro em Caxias do Sul: “Quando decidi (...) que faria uma pesquisa sobre o Clube Gaúcho, pensei que teria dificuldades em encontrar as fontes que possibilitassem o trabalho. Com isso, decidi que teria que ‘produzir’ essas fontes. Dessa forma, comecei a relacionar algumas pessoas que, através de suas memórias, pudessem abrir o caminho para o passado. Por indicação de um amigo, (...) procurei Ondina Costa e sua filha Maria Aparecida Costa Pontes. Marcamos um encontro que foi especial. Além de ter sido muito bem recebido na casa dessa família, fui surpreendido com livros de registro de atas, fotos, correspondências e vários outros tipos de documentos do clube que estavam sob a proteção da família” (Gomes, 2008, p. 20).

<sup>28</sup> Em outro momento, Eliane Peres descreve mais detalhadamente como enfrentou o “silêncio das fontes” atinente à presença dos negros nos cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense: “Além dos nomes dos alunos da ‘escola da Biblioteca’, coletei mais de 400 nomes das diversas associações, ligas e clubes (todos voltados para a comunidade) e, cruzando os dados (de forma bem *artesanal*, listando

os nomes em conjunto e classificando-os por ordem ascendente), encontrei alguns alunos como atuantes em associações de classes e carnavalescas (selecionava e ‘perseguiu’ os nomes que ‘conferiam’: das aulas da BPP e das associações). (...) Esse procedimento metodológico, de cruzar alguns nomes de alunos com as diretorias de associações e entidades pelotenses, teve, obviamente, limites, pois abrangeu com um número restrito de sujeitos, relativamente ao contexto das classes populares pelotenses e dos grupos negros. Entretanto, como o objetivo não era fazer generalizações, foi extremamente válido e foi a única possibilidade de afirmar a presença de negros nesses cursos” (Peres, 2002, p. 79).

<sup>29</sup> Foi nesse momento que se formou em Porto Alegre um bairro conhecido como Colônia Africana (onde abrange os atuais Rio Branco, Bonfim e Mont Serrat). Com casarios rústicos de madeira e tanques públicos para as lavadeiras, o bairro notabilizou-se por reunir desde 1896 uma aglomeração de habitantes negros, configurando uma espécie de *gueto* e um local de práticas religiosas afro-brasileiras (Nunes, 2007). No entanto, Eduardo Henrique de Oliveira Kersting faz uma advertência: se a Colônia Africana, em certos momentos, parece englobar algumas áreas vizinhas, como o Bonfim e o Mont Serrat, a maioria das fontes por ele consultada delimitam “a Colônia Africana a uma pequena área entre as atuais ruas Cabral e Castro Alves, no bairro Rio Branco, costuradas pela avenida Mariante no seu centro, constituindo uma região baixa com ramificações morro acima, na direção leste, e não ultrapassando a atual Ramiro Barcelos, na direção oeste” (Kersting, 1998, p. 10).

<sup>30</sup> A expressão “quase-cidadã” é uma referência ao livro *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, organizado por Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (2007).

<sup>31</sup> É sintomático, nesse sentido, que no IX Encontro Estadual de História da ANPUH-RS, em 2008, foi montado um Simpósio Temático (ST) intitulado “Escravidão, Emancipação e Pós-Emancipação”, sob a coordenação de Paulo Roberto Staudt Moreira e Regina Célia Lima Xavier. Mesmo sendo a primeira vez que compareceu ao encontro da ANPUH local, a temática do “pós-emancipação” sensibilizou vários estudiosos, a ponto de os coordenadores desse ST terem reservado uma sessão exclusivamente para a apresentação e o debate das pesquisas concluídas ou em curso sobre a temática no Rio Grande do Sul. Esta foi uma iniciativa importante, a qual precisa ser dada continuidade.

## Referências

- ASSUMPCÃO, Euzébio; MAESTRI FILHO, Mário. *Nós, os afro-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- BARBOSA, Eni; CLEMENTE, Elvo. *Carlos Santos: uma biografia*. Porto Alegre: EDIPUCRS-IEL, 1994.
- BARRERAS, Maria José Lanziotti. *Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. *O Grupo Palmares: um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 2006.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: DIFEL, 1962.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre – RS (1931-1958)*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 2008.
- GOMES, Fabrício Romani Gomes. *Sob a proteção da Princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)*. São Leopoldo, Dissertação de Mestrado em História, UNISINOS, 2008.
- \_\_\_\_; MAGALHÃES, Magna Lima. “Sport Club Cruzeiro do Sul e Sport Club Gaúcho associativismo e visibilidade negra em terras de imigração negra no RS”. In: G. F. da Silva; J. A. dos Santos; L. C. C. Carneiro. *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008a, pp. 272-282.
- JESUS, Gilmar Mascarenhas de. “O futebol da *canela preta*: o negro e a modernidade em Porto Alegre”. Anos 90, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999, pp. 144-161.
- KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 1998.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

LONER, Beatriz Ana. “Negros: organização e luta em Pelotas”. *História em Revista*. Pelotas, UFPel, n. 5, 1999, pp. 7-28.

\_\_\_\_\_. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: EdUFPel, 2001.

\_\_\_\_\_. “A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande”. In: G. F. da Silva; J. A. dos Santos; L. C. C. Carneiro. *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, pp. 246-261.

MAESTRI FILHO, Mário. “O negro no Sul do país”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 25, 1997, pp. 231-139 (edição especial: “Negro Brasileiro Negro”).

MAGALHÃES, Magna Lima. “Crônicas e notas: a imprensa hamburguense e o 13 de Maio”. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 12, n. 1, 2008, pp. 60-66.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

MULLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920)*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 1999.

NUNES, Maria Helena. “Custódio Joaquim Almeida: um príncipe africano no sul do Brasil”. In: V. G. da Silva (org.), *Imaginário, cotidiano e poder*. São Paulo: Selo Negro, 2007 (Memória afro-brasileira; v. 3), pp. 109-150.

OLIVEN, Ruben George. “A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul”. In: I. B. Leite (org.), *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, pp. 13-32.

ORO, Ari. “Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 2, 2002, pp. 345-384.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Cultura e Afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. Porto Alegre, Tese de Doutorado em História, PUCRS, 2008.

PERES, Eliane. “Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais”. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, 2002, pp. 75-102.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989.

\_\_\_\_\_. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

SANTOS, Irene (org.). *Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura; Funproarte, 2005.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: EdUFPel, 2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra de promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SILVA, Alberto da Costa e. “Um chefe africano em Porto Alegre”. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003, pp. 167-176.

SILVA, Maria Helena Nunes da. *O príncipe Custódio e a religião afro-gaúcha*. Recife, Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE, 1999.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

XAVIER, Regina Célia Lima. “Uma história que se conta: o papel dos africanos e seus descendentes na formação do Rio Grande do Sul”. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 10, n. 3, 2006, pp. 243-258.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX*. São Leopoldo, Dissertação de Mestrado em História, UNISINOS, 2007.

ZUBARAN, Maria Angélica. “Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, julho de 2008, pp. 161-187.